



ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

09 MAI 2017

Protocolo: 717/17
Processo: 717/17

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 99, DE 3 DE MAIO DE 2017.



EXCELENTESSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que “Institui a obrigatoriedade de aposição de Selo Fiscal de Controle em vasilhames acondicionadores de água mineral natural ou água adicionada de sais minerais, e dá outras providências.”

Senhores Parlamentares, o presente Projeto de Lei trata de proposta de legislação para instituição do Selo Fiscal de Controle em vasilhames de água mineral natural e água adicionada de sais visando reforçar o controle sanitário da produção, bem como impedir a sonegação de ICMS decorrente da venda clandestina do produto a qual resulta em concorrência desleal para os contribuintes do ICMS regulares com o Fisco Estadual.

A proposição em epígrafe busca aprimorar o controle fiscal e a qualidade do produto oferecido ao mercado, pelas empresas que desenvolvem atividade de tampagem, envase e comércio de galões de água mineral.

Nota-se, por imperioso, que além de promover o aumento do controle sobre a qualidade do produto que é oferecido ao consumidor, haverá uma fiscalização mais efetiva e eficaz das obrigações dos contribuintes que atuam no setor.

Cabe ressaltar que será exigida a aposição de Selo Fiscal de Controle em vasilhame de 10 (dez) e 20 (vinte) litros, acondicionador de água mineral natural ou água adicionada de sais, e serão aplicadas penalidades em caso de descumprimento da legislação por parte dos contribuintes do ICMS.

Senhores Parlamentares, é de suma importância destacar que a ideia central do presente Projeto já está sendo aplicada na maioria das outras Unidades Federativas, com o fim de ampliar os mecanismos de controle da cadeia de produção e comercialização da água mineral, além de permitir melhor fiscalização nos aspectos relacionados ao meio ambiente e saúde pública, o que beneficia o consumidor.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA

Governador





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 3 DE MAIO DE 2017.

Institui a obrigatoriedade de aposição de Selo Fiscal de Controle em vasilhames acondicionadores de água mineral natural ou água adicionada de sais minerais, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a obrigatoriedade de uso, por parte dos contribuintes do ICMS, de Selo Fiscal de Controle para aposição em vasilhames acondicionadores de água mineral natural ou água adicionada de sais, em circulação neste Estado, ainda que proveniente de outra Unidade da Federação.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo disciplinará as características, as especificações técnicas, a forma de utilização e demais requisitos do Selo Fiscal de Controle referido neste artigo, bem como outras obrigações acessórias relacionadas com a sua exigência.

Art. 2º. Em decorrência do disposto no artigo 1º, fica acrescentada a alínea “t” ao inciso VIII do artigo 77, da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996:

“Art. 77.
.....

VIII -

t) em relação ao Selo Fiscal de Controle:

1. entrega, remessa, transporte, recebimento, estoque ou depósito de vasilhames acondicionadores de água mineral natural ou água acondicionada de sais, sem o Selo Fiscal de Controle, quando de afixação obrigatória - multa de 01 (uma) UPF/RO por vasilhame em situação irregular;

2. aposição irregular do Selo Fiscal de Controle - multa 01 (uma) UPF/RO por vasilhame em situação irregular;

3. extravio de Selo Fiscal de Controle - multa de 01 (uma) UPF/RO por selo extraviado;

4. deixar de comunicar ao Fisco o extravio de Selo Fiscal de Controle - multa de 20 (vinte) UPF/RO por evento não informado;

5. deixar de devolver ao Fisco Selo Fiscal de Controle inutilizado - multa de 01 (um) UPF/RO por selo inutilizado e não devolvido; e

6. confecção do Selo Fiscal de Controle em desacordo com as especificações previstas na legislação tributária - multa 02 (duas) UPF/RO por selo confeccionado.”

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.